

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CAMINHA
SESSÃO DE 11 DE dezembro DE 2015

c) GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2016

Exmos...

A CDU regista uma vez mais que a interpretação deste executivo, liderado pelo Partido Socialista, à semelhança do anterior, liderado pelo PSD, no que respeita ao Estatuto do Direito de Oposição, não coincide com o que entendemos ser o espírito da Lei. Não há espaço efetivo para uma discussão de prioridades, nem uma auscultação prévia às decisões do executivo. Tal como no Orçamento Participativo, é-nos apenas comunicado que as nossas propostas só terão cabimento se forem de encontro com as do executivo, mais até porque o orçamento não permite outras opções, e acima de tudo entramos como saímos, sem um documento, obrigando-nos a um exercício de memória se sobre o assunto quisermos falar. No entanto não deixamos de valorizar que há uma tentativa de cumprimento deste estatuto, bem como franqueza na comunicação que nos é feita, e este ano até todos recebemos, com tempo mais que suficiente, o documento, evitando a situação *sui generis* do ano passado, valendo a boa vontade dos que têm representação simultânea na Câmara Municipal de Caminha e Assembleia Municipal de Caminha.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento são de facto um conjunto de documentos que definem a estratégia de ação de uma qualquer liderança. É este o preceito que ao longo dos anos temos defendido, é esta a lacuna que continuamos a

detetar. Não deixa de ser verdade, contudo, que no documento agora em discussão se possa ler nas entrelinhas as ações prioritárias e aquelas que passarão para segundo plano, percebendo-se o adiamento do mercado municipal de caminha no contraponto da prioridade na conclusão da biblioteca, que acompanhada do apoio à Associação Humanitária dos bombeiros voluntários de Vila Praia de Âncora na recuperação do Cine-Teatro, serve de perceção de alguma dinâmica cultural no concelho a partir do próximo ano. No entanto não se vislumbra nenhuma estratégia que nos defina em absoluto. Tornar-nos-emos um município de grandes eventos culturais? Faremos dessa ação cultural o mote de desenvolvimento do concelho? Então e a educação globalizante e integradora, capaz de acolher mais alunos? Serve a simplicidade de uma aposta baseado em contratos de autonomia, alimentação e transportes? Não é perceptível de facto que esta seja a estratégia, parecendo mais um aproveitamento de obras que se geram na oportunidade, e não uma ação de fundo na identidade do concelho. A prova que este documento não alinha com o do ano anterior está na mudança de discurso no preâmbulo do documento, o que nunca aconteceria num cenário de estratégia bem definida, mas que permite introduzir a veia lírica, carregada de metáforas e analogias à cultura saudável. Se há um ano tínhamos um orçamento vitaminado, agora temos um Orçamento tonificado, com a importação anglo-saxónica de Slim Fit. Para o ano proponho uma incursão no Orçamento Musculado, ao ritmo do

Zumba, mais popular e animado, para dar uso ao orçamento vitaminado de 2015 e aproveitando o tonificado de 2016.

Mas então o que podemos esperar no próximo ano, lido a partir deste documento? Em primeiro lugar há uma manifesta dificuldade em arrecadar receita, e este é o problema com que a Câmara se depara. Não é uma opção deste executivo emagrecer o orçamento; é antes um constrangimento face ao qual não encontram solução. Aliás, a teimosia em recordar a herança do PSD, dois orçamentos depois de iniciarem funções, é a prova acabada do ciclo financeiro que tem governado o discurso político do PS e do PSD, sendo esta assembleia testemunha disso mesmo. Reconhecemos no entanto a dificuldade na implementação de um projeto político alternativo quando o saneamento das contas públicas se sobrepõe. Estamos certos que todos os presentes gostariam de gerir os desígnios do concelho num cenário de folga orçamental. Mas na verdade ninguém pode, recorrentemente, suportar a argumentação na fatalidade dos números.

O PS apresenta um dos orçamentos mais baixos, e assumindo a dificuldade na arrecadação de receita muda o paradigma face ao ano anterior, onde defendia a relação direta entre o aumento da despesa de capital e o aumento das receitas por via do incremento da atividade económica no concelho. Veremos na discussão do relatório e contas de 2015 se esta relação se verificou ou não. Mas a

verdade é que estamos num ponto de rutura com as intenções deste executivo, embora se compreenda a argumenta que a opção do PS encerra. Este emagrecimento orçamental trará um ajustamento entre as previsões e a realidade, gerando, provavelmente, uma taxa de execução maior que aquela a que nos habituamos, mesmo com correções orçamentais. Mas a verdade é que temos também um país em mudança, alimentando alguma esperança da devolução de meios mais ajustados para as obrigações do poder local, e a estratégia 2020 está também com indícios de incremento a partir do próximo ano, com abertura de um maior número de candidaturas, de maior disponibilidade de verbas, de maior capacidade de execução. E neste cenário prefere o PS emagrecer o orçamento? Será este o momento para se mostrar preocupado com taxas elevadas de execução? Para a CDU este não é o caminho. Para a CDU, passado metade do tempo do vosso mandato na condução do destino do município, duas questões fundamentais deveriam ser claras. A primeira, a definição do modelo de desenvolvimento do município; a segunda, o estabelecimento das políticas que promovem a execução desse modelo, fomentando a estabilidade das famílias no concelho, garantindo oportunidades de emprego, de formação e educação, bem como de apoio em idade avançada.

Claro que este modelo não se poderá desligar dos recursos, da localização e das particularidades territoriais, encontrando neles o motor de interesse de novos

investimentos, tornando possível a implantação de empresas e uma nova política de acessibilidades, ligando e enraizando negócios de interesse vital pela sua identidade local, em particular na pesca e afins. E isto não é novo no nosso discurso. Mesmo em matérias nas quais dizem Vs. Exas. dar particular atenção não apresentamos alternativas, usando disponibilidades locais e experiências no relacionamento institucional. No plano cultural, por exemplo, pelo investimento já realizado, torna-se importante abrir oportunidades de exploração de outras valências culturais, disponibilizando espaços municipais e acordando com o movimento associativo a fruição da música, teatro, cinema, dança, pintura, escultura, e outros, dando continuidade a algumas iniciativas que se têm vindo a desenvolver.

Mas acima de tudo entendemos que o mais importante são realmente as pessoas. Sem elas não há unidade territorial, não há orçamento, não política. E não serão os magros 19 M€ que impedirão este executivo de combater a crise demográfica que poderá advir da contínua falta de investimento em condições de fixação das gentes do concelho de Caminha, dos Vales do Âncora e Coura-Minho. É urgente aproximar as gentes destes dois vales, contrariando políticas de esvaziamento territorial.

E para isso, poderá sempre contar com CDU. Definam-se Vs. Exas. e encontrem um rumo no confronto e compromisso coletivo, e a CDU não negará a responsabilidade

que tem para com os munícipes de Caminha. Esta não é uma questão de números apenas; se assim fosse não haveria espaço para a política e a gestão do interesse público seguiria o modelo contabilístico empresarial.

Por fim, o documento das GOP e Orçamento para 2016 peca pela falta de ambição, ao contrário do que defende o Senhor Presidente da Câmara, esconde-se numa dureza fictícia e rende-se à fatalidade, não estando desperto para as oportunidades que podem surgir. Por isso não concordamos com ele nem com a visão política que o enquadra. Não é o orçamento da CDU, mas sim do PS. Mas também não é menos verdade que foi o PS que legitimamente foi escolhido pelos munícipes de Caminha, dos Vales do Âncora e Coura-Minho, para executar os orçamentos que aprovar.

Disse.

**VPA, 11 de dezembro de 2015 | CDU – Coligação Democrática Unitária |
Joaquim Celestino Ribeiro**